

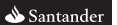


## Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

(Anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.)

CNPJ: 71.371.686/0001-75

Uma empresa



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.), dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

A Administração

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2017.

#### Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	5	3.273.793	2.106.670	Depósitos	14	3.052.593	1.146.121
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	6.665	22.802	Depósitos interfinanceiros		2.882.634	1.019.370
Aplicações em mercado aberto		6.000	22.802	Depósitos a prazo		341	229
Aplicações em depósitos interfinanceiros		665		Recursos de aceites e emissão de títulos	14(c)	28.339	
Relações interfinanceiras		31.082	720	Outras obrigações		141.279	126.551
Operações de crédito	8	2.904.986	1.917.362	Cobranças e arrecadação de tributos e assemelhados		5.883	4.196
Operações de crédito setor privado		3.020.079	1.966.594	Sociais e estatutárias		8.946	5.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(115.093)	(49.232)	Fiscais e previdenciárias	15(a)	20.049	16.870
Outros créditos		264.953	130.929	Diversas	15(b)	106.401	99.934
Rendas a receber		897	640	<b>Exigível a longo prazo</b>		3.939.592	3.100.695
Créditos tributários	18(b)	38.684	10.458	Capital social - de domiciliados no país	14	3.934.726	3.075.306
Diversos	9	225.372	119.831	Depósitos a prazo		3.844.358	3.066.377
Outros valores e bens	10	65.036	23.832	Depósitos interfinanceiros		90.368	8.929
<b>Realizável a longo prazo</b>		4.348.552	2.723.077	Recursos de aceites e emissão de títulos	14(c)	4.866	24.590
Títulos e valores mobiliários	7	32.094	63.121	Outras obrigações		4.866	799
Operações de crédito	8	4.202.094	2.592.438	Diversas	15(b)	4.866	799
Operações de crédito setor privado		4.282.048	2.605.505	<b>Patrimônio líquido</b>	17	672.836	609.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(79.954)	(13.067)	Capital social - de domiciliados no país		400.000	350.000
Outros créditos		5.405	21.034	Reservas de capital		250.000	250.000
Créditos tributários	18(b)	5.239	20.920	Reservas de lucros		22.876	9.551
Diversos	9	166	114	Ajuste a valor de mercado - TVM		(40)	14
Outros valores e bens	10	108.959	46.484				
<b>Permanente</b>		42.676	26.634	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		7.665.021	4.856.381
Investimentos		31.336	20.295				
Participação em controladas e coligadas	11	31.325	20.295				
Outros investimentos		11					
Imobilizado de uso	12	4.074	3.709				
Outras imobilizações de uso		8.994	6.673				
Depreciação acumulada		(4.920)	(2.964)				
Intangível	13	7.266	2.630				
<b>Total do ativo</b>		7.665.021	4.856.381				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2º Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>				
Operações de crédito	19	879.342	1.543.395	616.713
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	20	873.197	1.529.383	600.133
Resultado das aplicações compulsórias		3.832	11.699	16.580
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		(542.623)	(971.384)	(361.774)
Operações de captação no mercado	21	(438.215)	(786.848)	(295.588)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8(f)	(104.408)	(184.536)	(66.186)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		336.719	572.011	254.939
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		(286.236)	(552.813)	(231.069)
Receitas de prestação de serviços		2.141	5.019	4.994
Rendas de tarifas bancárias		477	776	5.456
Despesas de pessoal	22	(23.635)	(43.235)	(37.274)
Outras despesas administrativas	23	(127.293)	(252.510)	(182.495)
Despesas tributárias	24	(21.258)	(36.697)	(19.073)
Outras receitas operacionais	25	24.808	45.123	50.267
Outras despesas operacionais	25	(152.313)	(282.323)	(62.994)
Resultado de participação em controladas	11	10.837	11.034	10.050
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		50.483	19.198	23.870
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		(16.411)	825	(1.599)
Imposto de renda	18(a)	(6.264)	(6.266)	(19.085)
Contribuição social	18(a)	(5.428)	(5.428)	(12.470)
Ativo fiscal diferido	18(b)	(4.719)	12.519	29.956
<b>PARTICIPAÇÕES NO LUCRO</b>		(3.715)	(6.443)	(4.900)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>		30.357	13.580	17.371
<b>Nº de Ações (Mil)</b>		378.510	378.510	350.000
<b>LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MILAÇÕES NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS - (em R\$)</b>		80,20	35,88	49,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

	Nota	2º Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido do semestre/exercícios</b>		30.357	13.580	17.371
Ajustes ao Lucro Líquido				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8(g)	104.408	184.536	66.186
Provisão para contingências	16(c)	12.730	22.473	2.037
Depreciação e amortização	23	1.098	2.031	1.042
Resultado de participação em controladas	11	(10.837)	(11.034)	(10.050)
Outras provisões		11.233	21.697	2.850
Ajustes em títulos e valores mobiliários		(160)	(53)	(16)
Ativo fiscal diferido	16(a)	4.719	(12.519)	(29.956)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16(a)	11.692	11.694	31.555
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>		165.240	232.405	81.019
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez				7.322
Redução de títulos e valores mobiliários		35.844	31.027	57.239
(Aumento) de operações de crédito		(1.172.425)	(2.781.816)	(4.156.937)
(Aumento) de outros créditos		(71.345)	(127.575)	(66.394)
(Aumento) de outros valores e bens		(45.569)	(103.679)	(70.060)
Aumento de depósitos		997.727	2.722.825	3.640.515
Aumento de recursos de aceites e emissões de títulos		1.957	3.749	24.590
Aumento (redução) de relações interfinanceiras		31.335	(30.362)	(720)
Aumento de outras obrigações		27.637	16.237	68.067
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.098)	(31.863)	(25.687)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		(52.697)	(69.052)	(441.046)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Alienação de investimento		(6)	4	
Aquisição de investimento			(11)	
Alienação de imobilizado de uso		9	19	
Aquisição de imobilizado de uso		(815)	(1.595)	(4.516)
Aquisição de intangível		(2.960)	(5.456)	(2.865)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		(3.772)	(7.039)	(7.381)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Dividendos pagos				(10.656)
Aumento de capital	17(a)	50.000	50.000	460.000
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		50.000	50.000	449.344
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		(6.469)	(26.091)	917
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	14.205	33.827	32.910
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	5	7.736	7.736	33.827
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		(6.469)	(26.091)	917

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo do Banco saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente bancário, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Olé Consignado optou pelo diferimento da comissão paga ao correspondente bancário permitida pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014 atendendo às prerrogativas supracitadas.

**3.7 Demais ativos circulantes e não circulantes**  
Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

#### 3.8 Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

##### (i) Investimentos em controladas

O investimento na subsidiária é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 11). Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado por meio de constituição de provisão para perda efetiva.

##### (ii) Imobilizado

A depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.

##### (iii) Intangível

O ativo intangível é constituído por gastos com a aquisição de desenvolvimentos softwares, e sua amortização é efetuada pelo prazo máximo de 5 anos.

#### 3.9 Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### 3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 678/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 18(c), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

#### 3.11 Participação dos empregados no lucro

É definida em convenção coletiva e também pelo cumprimento do Plano de Fitas, sendo provisionada com base em percentual sobre o resultado e/ou metas; ajustada ao final do ano após apuração do resultado do exercício e avaliação do cumprimento das metas.

#### 3.12 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

#### 3.13 Distribuição de dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Fica sob responsabilidade do Conselho de Administração a deliberação do pagamento de dividendos em Assembleia pelo valor mínimo definido estatutariamente.

#### 3.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O Olé Consignado e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

#### 1 Contexto operacional

As operações do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco") ou ("Olé Consignado") (anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.) são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A., controlado indiretamente pelo Banco Santander S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha). O Banco Santander (Brasil) S.A. é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

O Olé Consignado é uma companhia de capital fechado autorizada pelo Banco Central do Brasil - Bacen a operar na forma de banco múltiplo, com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento.

No dia 30 de julho de 2014 o Banco Santander, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso S.A. celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado S.A.).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Bacen, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado S.A., com 60% do capital social total e votante. O Banco Bonsucesso S.A. permaneceu com a parcela remanescente do capital social 40%.

Em 06 de junho de 2016, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A..

#### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Olé Consignado, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, conforme descrito na nota 4.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Bacen, até 31/12/2016:

Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico  
Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos  
Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Resolução CMN nº 3.750/12 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas  
Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações  
Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente  
Resolução CMN nº 3.823/12 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes  
Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefício a empregados

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2017.

#### 3. Resumo das principais políticas contábeis

##### 3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Olé Consignado são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a instituição atua ("a moeda funcional"), apresentadas em reais.

##### 3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias (Nota 5).

##### 3.3 Aplicações interfinanceiras de liquidez e créditos vinculados ao Bacen remunerados

As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até à data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### 3.4 Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e









# Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

(Anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.)

CNPJ: 71.371.686/0001-75

Uma empresa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Movimentação

	2016	2015
Saldo do início do exercício	31.378	1.422
<b>Adições (exclusões) líquidas:</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.937	28.157
Provisão para contingências	3.987	1.101
Outras provisões	1.621	698
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>43.923</b>	<b>31.378</b>

## (c) Período estimado de realização

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Valor Contábil
	Adições Temporárias	Adições Temporárias	Total
2017	21.522	17.162	38.684
2018	1.235	935	2.170
2019	599	424	1.023
2020	599	424	1.023
2021 a 2022	599	424	1.023
	<b>24.554</b>	<b>19.369</b>	<b>43.923</b>

## 19 Resultado com operações de crédito

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Crédito pessoal	663.050	1.154.572	395.136	1.154.572
Cartões de crédito	202.043	355.327	190.733	355.327
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.104	19.484	14.264	19.484
	<b>873.197</b>	<b>1.529.383</b>	<b>600.133</b>	<b>1.529.383</b>

## 20 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Rendas de títulos de renda fixa	2.719	6.991	10.851	6.991
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.113	4.708	5.729	4.708
	<b>3.832</b>	<b>11.699</b>	<b>16.580</b>	<b>11.699</b>

## 21 Despesa de captação no mercado

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Depósitos a prazo	(7.467)	(16.511)	(200)	(16.511)
Depósitos interfinanceiros	(428.678)	(766.370)	(294.422)	(766.370)
Outras despesas de captação	(2.070)	(3.967)	(966)	(3.967)
	<b>(438.215)</b>	<b>(786.848)</b>	<b>(295.588)</b>	<b>(786.848)</b>

## 22 Despesa de pessoal

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Remuneração	(15.313)	(28.065)	(24.934)	(28.065)
Encargos	(4.817)	(8.652)	(7.295)	(8.652)
Benefícios	(3.338)	(6.228)	(4.837)	(6.228)
Treinamento	(167)	(290)	(208)	(290)
	<b>(23.635)</b>	<b>(43.235)</b>	<b>(37.274)</b>	<b>(43.235)</b>

## 23 Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Depreciações e amortizações	(1.098)	(2.031)	(1.042)	(2.031)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(71.439)	(145.828)	(112.087)	(145.828)
Comunicações	(5.048)	(9.060)	(6.958)	(9.060)
Processamento de dados	(39.516)	(76.992)	(42.224)	(76.992)
Aluguéis	(1.547)	(3.009)	(3.188)	(3.009)
Propaganda, promoções e publicidade	(3.225)	(5.149)	(6.928)	(5.149)
Serviços do sistema Financeiro	(2.537)	(5.165)	(2.969)	(5.165)
Manutenção e conservação de bens	(453)	(565)	(2.984)	(565)
Outras	(2.430)	(4.711)	(4.115)	(4.711)
	<b>(127.293)</b>	<b>(252.510)</b>	<b>(194.437)</b>	<b>(252.510)</b>

## 24 Despesas tributárias

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Despesa com Cofins	(17.939)	(30.871)	(15.620)	(30.871)
Despesa com ISSQN	(131)	(290)	(522)	(290)
Despesa com PIS/Pasep	(2.916)	(5.017)	(2.538)	(5.017)
Despesas tributárias	(272)	(519)	(393)	(519)
	<b>(21.258)</b>	<b>(36.697)</b>	<b>(19,073)</b>	<b>(36.697)</b>

## 25 Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Recuperação de encargos e despesas (i)	24.655	44.029	49.609	44.029
Outras	153	1.094	658	1.094
	<b>24.808</b>	<b>45.123</b>	<b>50.267</b>	<b>45.123</b>

## Outras despesas operacionais

Provisões para contingências cíveis e trabalhistas	(12.730)	(22.473)	(2.037)	(22.473)
Provisão de saldos a receber de convênios (ii)	(11.055)	(20.900)	(2.589)	(20.900)
Despesas de intermediações de repasses de recursos	(7.913)	(13.629)	(5.031)	(13.629)
Comissões (iii)	(112.964)	(206.594)	(40.347)	(206.594)
Outras	(7.651)	(18.727)	(12.990)	(18.727)
	<b>(152.313)</b>	<b>(282.323)</b>	<b>(62.994)</b>	<b>(282.323)</b>

- (i) Refere-se substancialmente ao reembolso de despesas rateadas conforme acordo operacional com o Banco Bonsucesso S.A., reembolso de custos de origemação em operações adquiridas via portabilidade de outras instituições e outros reembolsos.
- (ii) Na rubrica "Provisão de saldos a receber de convênios" estão registradas, despesas de provisão para perdas em repasses de valores de órgãos públicos convênios (Nota 9).
- (iii) Referem-se, principalmente, a remunerações pagas aos correspondentes por serviços de origemação de operações de crédito (Nota 3.6).

## 26 Partes relacionadas

### (a) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	2016		Total
	Banco Bonsucesso S.A.	Banco Santander S.A.	
<b>Ativos (Passivos)</b>			
Disponibilidades	27	211	238
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		6.000	6.000
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 9)	16.913	350	17.263
Outros créditos	1.104		1.104
Depósitos interfinanceiros	(79.452)	(6.635.497)	(6.714.949)
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 15 (b))	(2.829)	(351)	(3.180)
<b>Receitas (Despesas)</b>			
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e de operações com títulos e valores mobiliários	1.895	151	2.046
Despesas com depósitos interfinanceiros	(10.398)	(754.322)	(764.720)
Despesa com prestação de serviços		(13.304)	(21.717)
Despesas administrativas (Nota 25 (i))	17.044	(1.066)	480

	2015		Total
	Banco Bonsucesso S.A.	Banco Santander Brasil S.A.	
<b>Ativos (Passivos)</b>			
Disponibilidades	433	6.570	7.003
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.802		22.802
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 9)	9.723	20	9.743
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 15b)	(3.219)	(504)	(3.723)
Despesas Antecipadas Intangível			1.713
Depósitos Interfinanceiros	(98.572)	(3.975.100)	(4.073.672)

	2016		Total
	Banco Bonsucesso S.A.	Banco Santander Brasil S.A.	
<b>Receitas (Despesas)</b>			
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e de operações com títulos e valores mobiliários	5.716		5.716
Despesas com depósitos interfinanceiros	(18.852)	(269.064)	(287.916)
Despesa com prestação de serviços		(15.664)	(21.371)
Despesas administrativas (Nota 25 (i))	14.218		14.218

### (b) Remuneração do pessoal chave da administração

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco deliberou em 30 de abril de 2016 pela aprovação da proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2016, no montante de até R\$ 7.818. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Remuneração fixa	2.144	2.578
Remuneração variável	350	990
	<b>2.494</b>	<b>3.568</b>

Durante o exercício de 2016, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$752 (2015 - R\$1.088). O Olé Consignado não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

### (c) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

### (d) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente Lei 4.595/76, art.34, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo: I - diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau; II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., com mais de 10%; III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.; IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau. Conforme apresentado na Nota 8(b), no exercício de 2016 houve aquisição de carteiras de créditos, sem coobrigação pelo cedente, no montante de R\$ 493.231 (2015 – R\$3.126.718) do Banco Bonsucesso S.A. e Banco Santander S.A..

### 27 Comitê de auditoria e gerenciamento de riscos

(a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/04, o Olé Consignado aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander (Brasil) S.A..

(b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente  
Conrado Engel

Conselheiros  
Angel Santodomingo Martell  
Cassio Schmitt  
Gabriel Pentagna Guimarães  
Paulo Henrique Pentagna Guimarães

## DIRETORIA

Frederico Penido de Alvarenga - Diretor Presidente  
Rafael Victal Saliba - Diretor Financeiro  
Alexandre de Oliveira - Diretor de Operações

## CONTROLADORIA

Gilberto Cabeleira Alves  
Contador - CRC- PR040031/O T-MG

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.)

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

**Auditoria das cifras comparativas**  
As demonstrações financeiras do Banco mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras daquele exercício. O exame dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 23 de fevereiro de 2016, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00160/O-5 "F" MG

Maria José De Mula Cury  
Contador CRC 1SP192785/O-4 "S" MG

Página 3/3

356 cm - 22 929802 - 1

## VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 08.689.024/0002-92 - NIRE 3130011593-3

Aviso aos Acionistas – Documentos à Disposição

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A., situada no Distrito Industrial de Jeceaba s/n - Bairro Distrito Industrial, CEP 35.498-000 - Jeceaba/MG, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Jeceaba, 23 de fevereiro de 2017. Philippe Crouzet – Presidente do Conselho de Administração.

3 cm - 21 929643 - 1

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA SEXTA REGIÃO

Carta Convite nº04/2017

O CREF6/MG torna público, para conhecimento das empresas interessadas e que atenderem às condições exigidas, que estará repetido o recebimento das propostas alusivas ao Fornecimento de Material de Escritório, conforme especificações detalhadas no Instrumento Convocatório 04/2017 do tipo menor Preço Global. O certame ocorrerá às 14:00 horas do dia 08/Março/17, na Rua Bernardo Guimarães, 2786, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG. A íntegra do Convite e outras informações poderão ser obtidas através do e-mail: [licitacao@ceref6.org.br](mailto:licitacao@ceref6.org.br) ou/ou fone (31) 3337- 7705. Belo Horizonte/MG, 22/Fevereiro/17. Presidente - Claudio Augusto Boschi - CREF00000